

Macau em 1910

António Aresta*

A escassos dias da implantação do regime republicano em Portugal, que ocorreu no dia 5 de Outubro de 1910, Macau teve um protagonismo absolutamente inusitado numa revista lisboeta, com o título “Alma Nacional”, que reunia a “nata” da oposição ao regime monárquico e que não escondia a simpatia pela Maçonaria e pela Carbonária, sociedades secretas proibidas pela ordem constitucional vigente. Estas sociedades secretas, sobretudo a Maçonaria, tiveram uma presença discreta mas significava em Macau,¹ trazidas pelos portugueses expatriados.

Aquela Revista, fundada e dirigida por António José de Almeida², médico especializado em doenças tropicais e deputado republicano no parlamento monárquico, a Revista “Alma Nacional” foi publicada pela primeira vez no dia 10 de Fevereiro de 1910 [o último número, o 34, saiu a 29 de Setembro de 1910], aparecendo todas as quintas-feiras, sendo também distribuídas nas Colónias, em Espanha e no Brasil. Fica sem saber se realmente houve publicação em inglês ou francês. Entre os seus colaboradores regulares contavam-se Guerra Junqueiro, Basílio Teles, Teófilo Braga, Miguel Bombarda, Leão Azedo, António Aurélio da Costa Ferreira, Tomás da Fonseca, Raúl Proença ou Aquilino Ribeiro, então exilado em Paris, e acusado de regicídio.

E qual era o programa ideológico da “Alma Nacional”? O próprio António José de Almeida³ deu a resposta: “O que a ‘Alma Nacional’ sobretudo vai ser é um jornal humano, de orientação revolucionária, revolução para ela não quer dizer morticínio, destruição. A vida do homem é uma

* Professor e Investigador. Autor de diversas obras sobre a história de Macau.

¹ Arnaldo Gonçalves, “A Primeira Republica, Macau e os Maçons”, *Revista de Cultura*, n.º 36, 2010, pp. 55-64.

² António José de Almeida (1866-1929) dirigiu outros periódicos como “*O Raio*” (1894) e a “*República*” (1911-1927). Exerceu diversos cargos políticos, tendo sido Presidente da República (1919-1923). Entre outros livros, foi postumamente editado “*Quarenta Anos de Vida Literária e Política*”, 4 volumes, 1933-34.

³ “*Alma Nacional*”, n.º 1, 10 de Fevereiro de 1910, p. 2.

coisa sagrada que só em combate leal, e ainda assim bem lamentavelmente, pelo atraso em que nos achamos, se pode tirar. Arrancá-la à vítima domada e vencida é crime ou alucinação. E a revolução, necessidade dolorosa da época retardada em que vamos, só é respeitável se for clemente”, sem esquecer que “Portugal é um organismo intoxicado. Conservá-lo no meio em que está, é mata-lo. Aplicar-lhe uma mudança de ares é salvá-lo. É preciso sanear a atmosfera, removendo o entulho monárquico e o guano clerical, que estão a fermentar”.

Neste turbulento Portugal pré-republicano, Macau, por todos os motivos, era verdadeiramente uma questão longínqua, mesmo metafísica. Por isso, o “exotismo” e o “mito do oriente” eram explorados pela comunicação social, pensando que o tema era do agrado dos seus leitores.

Recorde-se que em Agosto de 1910, Artur Lobo d’Ávila⁴ publica na revista mensal ilustrada “Serões”,⁵ um longo artigo dedicado a Macau, no qual, a par de uma informação privilegiada aí contida, transmitia uma grande desconfiança perante a política chinesa: “Hoje, apesar da arrogância chinesa ter chegado a falar no recurso à guerra, o meio porque os celestes vão matando a nossa colónia é precisamente a inversa daquela prosperidade: é promovendo o êxodo da população chinesa, a emigração dos comerciantes abastados, a extinção do comércio, confiando em que, à medida que o novo porto e cidade rival de Hongshau prosperar, Macau irá perecendo de inanidade, até que de nada valha e fácil lhes seja expulsar-nos dali”.

Calcula-se o impacto emocional que tais declarações tiveram na opinião pública ilustrada erudita e muito atenta às derivas da política colonial e ultramarina. Nestes pormenores podemos constatar o poder da imprensa de época na modelação e formação cultural e política dos cidadãos.

Aqui e além irrompiam pequenas notícias ilustrativas da dura realidade de uma governação, cujo conceito estratégico, tinha sido ferido de morte na Conferência de Berlim. Nesta altura, a revista “Alma Nacional”⁶ associou-se ao jornal “O Século” para lamentar “o estado miserável dos três barcos de guerra que foram mandados seguir para Macau quando

⁴ Era filho de José Maria Lobo d’Ávila, antigo Governador de Macau (1874-1876).

⁵ *Revista Serões*, N.º 62, 3 de Agosto de 1910, p. 139.

⁶ *Revista Alma Nacional*, N.º 2, 17 de Fevereiro de 1910, p. 17.

surgiu o conflito com a China. O ‘Vasco da Gama’ nada pode, porque não navega ; o ‘Dona Amélia’ nada faz, porque esta na doca ; o ‘Pátria’, esse dá provas das suas belas condições náuticas e combatentes... fabricando tuberculosos na exiguidade insalubre dos seus alojamentos”.

Na edição do dia 30 de Junho⁷, foi publicado muito bem humorado recado dirigido aos republicanos chineses: “ A China deliberou ter uma Constituição. Alguém lhe lembrou que aquilo era comida muito fina para paladares tão grosseiros. Mas a China, alçando o rabicho, berra pela constituição. Está bem arranjada. Se ela for como a nossa, presente generoso que o dador se dignou fazer aos seus súbditos, não lhe há-de valer de muito. A Carta Constitucional Portuguesa, cheia de alçapões e sofismas, é na opinião do Conde de Resende, que foi monárquico de gema, um disfarce do absolutismo. A da China, será uma maneira de o poder absoluto lá se conservar fresco e de boa saúde. Hoje em dia fica mal a um país dizer-se que ele é governado pelo absolutismo; e vai daí, muda-se o nome e fica tudo na harmonia do senhor. Pois era melhor que a China se entretivesse de preferência a deitar papagaios de papel. Era menos trabalhoso e dava mais a ilusão de liberdade”. Ignora-se se Sun Yat-Sen e os seus camaradas republicanos de Macau, teriam tido conhecimento desta observação, que até estava em consonância com as ideias de Camilo Pessanha e de Manuel da Silva Mendes sobre o amanhecer do novo regime.

O então Governador de Macau, Capitão Eduardo Marques enviou, em Agosto de 1910 à capital do Reino, a Lisboa, o director das Obras Públicas, o engenheiro António Miranda Guedes, a fim de acelerar a solução política de alguns problemas estruturais de Macau, essencialmente ligados às obras no porto interior e no porto exterior.

António Miranda Guedes era amigo de António José de Almeida, uma amizade forjada na Universidade de Coimbra e cimentada numa estadia de anos que ambos vivenciaram em S.Tomé e Príncipe. Quando soube da sua presença em Lisboa, António José de Almeida, na qualidade de director da revista “Alma Nacional”, não perdeu o ensejo de publicar uma grande entrevista, na edição de 15 de Setembro,⁸ porque “ninguém melhor do que Miranda Guedes podia dar aos leitores da nossa revista a impressão do que pode vir a ser num futuro breve essa esplêndida coló-

⁷ *Revista Alma Nacional*, N.º 21, 30 de Junho de 1910, p. 329.

⁸ *Revista Alma Nacional*, N.º 32, 15 de Setembro de 1910, p. 497.

nia, se houver um pouco de boa vontade para a arrancar à estagnação em que vegeta”.

António Miranda Guedes tinha proferido uma conferência⁹ no Grémio Militar de Macau, pouco tempo antes de viajar para Lisboa, no dia 25 de Junho de 1910, sobre as obras portuárias, onde apresentou um pensamento inovador com propostas para solucionar velhos problemas.

E, por aqui se vê o estado de uma monarquia liberal enfraquecida, que tolerou com alguma indiferença que um alto funcionário colonial fosse entrevistado por uma revista tão hostil à Coroa e defensora teses fora do protocolo político anteriormente firmado. Como se verá, às perguntas, por vezes, verrinosamente políticas, correspondem respostas de uma inigualável candura ética.

Assim, ao longo de sete densas páginas puderam os leitores melhor perceber os problemas que afligiam Macau. Foi pedagogicamente recordada a eterna condicionante política:¹⁰ “como sabe, agita-se fortemente em volta de Macau a opinião do povo chinês sobre a delimitação do nosso domínio. Quem promove essa agitação, uma célebre sociedade de Cantão, denominada Chi-Chi-Hui ou, pelos seus altos propósitos, *Self Government Society*, procura na população ilustrada e rica, do distrito de Heung-Shan, campo para a sua propaganda contra nós”.

Foi também abordado, o projecto de construir a linha de caminho de ferro entre Macau e Cantão que alimentou grandes sonhos, sonhos que rapidamente desfeitos, porque as obras do Porto de Macau se transformaram num paradoxo político. Além de que, sem o triângulo de ouro constituído pelas ilhas de D. João, da Lapa e da Montanha, tudo isso não passou de uma quimera-expansionista, absolutamente insustentável, no plano militar e na substância dos tratados diplomáticos.

Mas, o director das Obras Públicas vinha, para Macau, com outras duas incumbências distintas mas complementares em si mesmas.

A primeira incumbência, estava relacionada com o Porto cujo assoreamento constante inviabilizava a sua eficácia comercial. António

⁹ Seria publicada em 1911, pela Imprensa Nacional de Macau [56 pp.], sob o título “*Obras do Porto de Macau*”. Outras intervenções avulsas foram reunidas no livro “*Macau. As Obras do Porto e a Política Chinesa*”, edição da Tipografia Empresa Guedes, Porto, 1920, [58 pp.].

¹⁰ “*Alma Nacional*”, p. 498.

José de Almeida lançou a questão central:¹¹ “se há tantos anos se fizeram estudos proficientes, como você me disse, e do que é garantia o nome de Adolfo Loureiro¹², honra da engenharia portuguesa, no porto de Macau, se depois disso, mais que uma vez na realização das respectivas obras se tem falado, porque se não tem elas realizado ? Desleixo dos governos ou incompetência da execução ? “. A resposta foi, no mínimo, surpreendente¹³: “mal se iniciaram essas obras, que eram simples e para as quais havia verbas disponíveis no orçamento da Província, foram suspensas, hoje por um motivo, no dia seguinte por outro e afinal unicamente porque ... eram realizadas por administração directa do Estado”. António José de Almeida perguntou¹⁴ se “há empreiteiros no Oriente para essas obras ?” e Miranda Guedes apressa-se a responder: “ há sim senhor. No Extremo Oriente trabalha-se muito. Aí, é hoje, como sabe, o grande campo da luta económica das Nações que entre si disputam primazias e estabelecem competência. Aí se preparam todos os instrumentos próprios a essa grande batalha política. E os portos de mar e de comércio são, de todos, os melhores elementos fixos desse arsenal de guerra económica. Além dos portos do Japão, todos aparelhados segundo os mais rigorosos preceitos e onde fiquei maravilhado da largueza e intensidade de tão jovem esforço, Tsing-Tau (alemão), Xangai (internacional ou chinês, como quisermos), Hong Kong (inglês), Saigão (francês), Manila (americano), para mais não citar, estão em obras quase constantes, despendendo milhões e utilizando máquinas poderosas”.

Como se observa, já eram muito importantes os interesses locais, mais de predominância sino-portuguesa do que luso-chinesa. Mais tarde, o engenheiro Castel Branco veio a propor o sistema de dragagens, cujo financiamento só foi possível, mediante a concessão do exclusivo dos jogos e do ópio.

A segunda incumbência, claramente virada para economia política, decorre da resposta à questão formulada por António José de Almeida:¹⁵

¹¹ Idem, p. 499.

¹² Adolfo Loureiro (1836-1911) , General oriundo da engenharia militar. Esteve em Macau nos anos de 1883-1884, para estudar as soluções técnicas para as obras do porto. O seu nome toponímia local.

¹³ “*Alma Nacional*”, p. 499.

¹⁴ Idem, p. 500.

¹⁵ Idem, p. 501.

“não poderemos nós enveredar pelo são caminho da supressão dessas impuras fontes de receita e aproveitar o movimento comercial do porto como base limpa do régimen financeiro da colónia ? “. A resposta do director das Obras Públicas é moralmente eloquente:¹⁶ “impõe-se a remodelação do seu regime financeiro. De baseá-lo na exploração dos vícios deve, precisa e há-de passar-se a baseá-lo na prosperidade do comércio e da indústria”. O juízo moral é deveras contundente:¹⁷ “o vício polui, enxovalha, quem o exerce e até quem o consente, quanto mais quem o explora em seu proveito”. Mas o pragmatismo aconselha bastante prudência porque as rupturas poriam em causa o Território em si mesmo¹⁸: “a supressão imediata do actual regime do viver de Macau, quando fosse possível, representaria talvez a supressão imediata, a paralisia absoluta do seu comércio e da sua indústria – tal a intensidade, secular e etnográfica, moral e material, da ligação entre eles – como representava, sem dúvida, insuperável obstáculo à realização dos melhoramentos basilares da sua desejada transformação social e económica”. E que mais se seguiria:¹⁹ “o régimen em que lhe falei é de transição. Lançaremos mão dele justamente para com ele acabar. Findo o prazo da concessão dos novos melhoramentos, brotariam novas fontes de receita, nova vida, nova Macau – já não a Mónaco nem a Roma do Oriente – mas um centro de actividade e de trabalho, digno da tradição que a enaltece e do País que a patrocina. É como a revolução, um mal que o meu amigo aconselha e defende, para nele assentar, segundo o seu modo de ver, cheio de fé e de crença, a prosperidade do País, a nova Pátria portuguesa”.

Este programa configurava uma verdadeira revolução em Macau, afectando sobremaneira a China pelas consequências económicas e sócio-políticas que daí adviriam. Sabemos todos o destino da bela utopia que ornava este pensamento unidimensional.

A Revista “Alma Nacional” foi publicada pela última vez no dia 29 de Setembro de 1910, tal como já foi referido. No dia 5 de Outubro de 1910 eclodiu a República e António José de Almeida tomou posse como Ministro do Interior. António Miranda Guedes esteve a um passo de ser nomeado Governador de Macau.

¹⁶ Idem, p. 502.

¹⁷ Idem, p. 502.

¹⁸ Idem, p. 502.

¹⁹ Idem, p. 502.

Porém, acabou por ser nomeado Governador de S.Tomé e Príncipe e foi tardiamente louvado²⁰ pelo trabalho técnico que desenvolveu nas Obras Públicas de Macau.

Uma outra influente revista, “O Occidente”,²¹ fez eco da recepção do novo regime republicano no império colonial, incluindo, naturalmente, Macau: “por telegramas chegados até à data sabe-se que a notícia da proclamação do novo regímen foi recebida em todas as possessões ultramarinas com grande entusiasmo pelo público, o qual celebrou com regozijos e festas o hasteamento da bandeira da República em todos os palácios do governo e estabelecimentos oficiais. De há muito que o descontentamento lavrava em todas as colónias portuguesas, o qual se manifestava pelas constantes reclamações que de quase todas elas eram dirigidas ao governo da metrópole, por abusos de toda a espécie, por falta de providências e melhoramentos materiais e medidas de fomento para as suas indústrias e comércio. Não se fizeram esperar os telegramas de Lourenço Marques, Moçambique, Luanda, Mossâmedes, Benguela, S.Tomé, Cabo Verde, Timor, Macau, Guiné, Índia, etc., aderindo à República e exprimindo grande satisfação pública”.

Percebe-se, pois, o indisfarçável entusiasmo do director das Obras Públicas de Macau, na exposição política e moral das suas ideias técnicas de fomento industrial e comercial. Por detrás de tudo, estava o amanhecer de um novo regime político.

Em Macau, o regime republicano foi proclamado na varanda do Leal Senado, pelo então Governador de Macau, Capitão Eduardo Marques, no dia 12 de Outubro, perante uma pequena multidão onde estavam Camilo Pessanha, Manuel da Silva Mendes, Álvaro de Melo Machado, António do Nascimento Leitão e Fernando José Rodrigues. Curiosamente, foi hasteada “a nova bandeira nacional, encarnada e verde, com tralha encarnada”, como se lê na Acta dessa cerimónia histórica. Mas, que bandeira provisória seia essa? Provavelmente, um projecto de bandeira nacional na posse de algum republicano maçónico. Só no dia 29 de Outubro, uma comissão composta por João Chagas, José Palla, Ladislau

²⁰ Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil, processo n.º 271 de 3 de Dezembro de 1913, “Louvor concedido ao engenheiro director das Obras Públicas, António Pinto de Miranda Guedes”.

²¹ No. 1144 e 1145, XXXIII volume, 20 de Outubro de 1910, p. 240.

Parreira, Columbano Bordalo Pinheiro e Abel Botelho, é que apresentou um relatório para a escolha da nova bandeira.

Após a partida do Governador Eduardo Marques, em Novembro de 1910, regressou a instabilidade governativa com a interinidade de funções de João Marques Vidal e Álvaro Melo Machado.

Menos de um ano depois, num aceso debate parlamentar,²² o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Bernardino Machado, fez o ponto da situação de Macau, em termos da herança política deixada pelo último governo da monarquia: “Quanto à Ásia, encontrou o Governo a possessão de Macau sem estar delimitada. Ainda ontem eu tive de responder a um telegrama, para Berlim, desmentindo o que se dizia, que Portugal ia fazer uma concessão à Alemanha, para obter mais rapidamente o reconhecimento da República. Continua, como se vê, a campanha difamatória, o que não pode merecer senão o mais absoluto desprezo. O Governo republicano encontrou a situação em Macau, sem fixação alguma dos limites com a China, e um dos seus primeiros cuidados foi nomear uma comissão para fazer essa delimitação. Essa comissão já concluiu os seus trabalhos e em breve deve ter concluído o seu relatório. O Ministro da China já se encontra em Lisboa para tratar com o Governo dessa delimitação. E, Sr. Presidente, porque nada quero ocultar devo dizer a V. Ex^a. e à Constituinte, que se deu ultimamente um incidente: foi o ter-se mandado proceder a dragagens em território que a China entende não ser nosso. O incidente, porém, não tem importância, porque ainda que se reconhecesse que esse território não era nosso, o que sucedia era perdermos o dinheiro que ali tínhamos gasto. Mais nada”.

A imprensa portuguesa de Lisboa nem sempre reuniu a informação correcta e isenta sobre Macau visto que se encontrava aprisionada por interesses poderosos e por preconceitos culturais e religiosos. Assim, informava com lacunas e deficiências a vários níveis, incluindo o poder político. As palavras de Bernardino Machado ilustram o princípio da realidade que todos entendiam por bem evitar, omitir, silenciar ou apagar. A imagem e a situação de Macau em 1910 não correspondia de todo àquela que foi tomada pela comunicação social de Lisboa. Esse conflito revelar-se-ia insanável até ao fim da república democrática, no 28 de Maio de 1926.

²² Diário das Sessões, Sessão n.º 42, de 9 de Agosto de 1911, p.9.